

# Veto à venda de animais é analisado

**MATHEUS MÜLLER**

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos analisa o Projeto de Lei Complementar (PLC) 14/2019, de autoria do vereador Benedito Furtado (PSB), que visa proibir a concessão e renovação de alvará de licença, localização e funcionamento de canis, gatis e estabelecimentos que comercializem animais domésticos. Uma decisão deve ser tomada em duas semanas.

A PLC depende da sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) para entrar em vigor. Na prática, com a aprovação do projeto, os comércios santistas deixarão de vender animais, pois, do contrário, não terão autorização para o exercício da atividade.

O texto de Furtado prevê que nenhum animal possa ser comercializado, como cães, gatos, roedores, pássaros e peixes. Segundo o vereador, a medida é uma forma de prevenir e coibir maus-tratos aos animais e estimular a adoção.



ALEXANDRE FERREZ

Comercialização de cachorros em pet shops de Santos pode ser banida

“Quando a pessoa se apaixona por um animal, não é porque ele é de raça. Ninguém vende o filho, a mãe e o irmão. Esse é um movimento irreversível e vários países do mundo estão fazendo assim”.

Furtado reforça que o maior problema está relacionado aos criadores, mas que não há nenhum registrado na Prefeitura. “Se existe, é clandestino”.

O vereador comenta que o mercado pet não ficará enfraquecido, pois a principal fonte de renda não está atrelada à venda de animais. “A maioria dos pet shops não vendem animais, mas, quando os comercializam têm um ou dois na prateleira. Eles não vivem disso, mas sim

possibilidade de redução no quadro de funcionários foram destacadas como pontos negativos.

Há 38 anos, o comerciante Ricardo Franzese da Silva, de 68, abriu com o pai a Tropical Aquarium, no Centro da Cidade. De acordo com ele, cerca de 60% das vendas da loja são de peixes. Desse modo, ele teme o pior se a PLC for sancionada.

“A aprovação da lei é praticamente um pedido para fecharmos as portas. Não teremos condições de trabalhar e o próprio material que vendemos é agregado ao peixe. Como vou vender uma ração ou aquário se não posso vender o peixe?”

Outro pessimista é Eduardo Vieira Conceição Paiva, de 51 anos e que há 26 é dono do pet shop Japim. Ele acredita que se não puder mais vender cães, gatos e outros animais, cortará funcionários. Hoje, o comércio de pets representa quase 30% do faturamento.

“Acho essa lei um absurdo. A venda informal poderá ser feita, mas eu que gero empregos e pago impostos é que não vou poder. Vou continuar vendendo! A única diferença é que não será aqui (na loja)”.

## NO PAPEL

O PLC 14/2019 visa acrescentar o Artigo 295-B e parágrafo único à Lei Municipal 3.531, de 16 de abril de 1968, do Código de Posturas do Município. Dessa forma, quem vende animais não terá direito às documentações necessárias para o funcionamento do comércio.

da venda de insumos e um monte de outras coisas”.

### CONTRAPONTO

Ontem, a Reportagem visitou comércios ligados ao segmento e que vendem animais. Nos dois casos, a queda no faturamento e a

6  
SET

DIA DO ALFAIATE  
OFICIALIZAÇÃO  
DA LETRA DO HINO  
NACIONAL  
DIA DO SEXO



# Dia a Dia

**Sandro Thadeu**

e-mail: [diaadia@atribuna.com.br](mailto:diaadia@atribuna.com.br)

## **PT escolhe novos integrantes para diretórios municipais**

Os filiados do PT de todo o País terão um importante compromisso no próximo domingo, das 9 às 17 horas, quando ocorrerá a eleição para a escolha dos novos integrantes dos diretórios municipais e das delegações para os congressos estadual e nacional da legenda. O coordenador do partido na macrorregião da Baixada Santista e único concorrente ao cargo, Alfredo Martins, afirmou que mais de 20 mil filiados na região estão aptos a votar. Seis dos nove municípios locais terão candidatura única à presidência: Bertioga (Guilherme dos Santos Dias Rodrigues), Cubatão (José Carlos Ribeiro dos Santos), Itanhaém (José Raniel Martins de Souza), Mongaguá (João Bagaço), Praia Grande (Orlando Evangelista de Oliveira) e Santos (o vereador Chico Nogueira). Para o resultado ser validado em cada cidade, é preciso que cada diretório municipal atinja o quórum de 25% dos votantes no último processo eleitoral. O mandato dos eleitos terá início em janeiro do próximo ano.



## IML: Estado ainda deve Estudo de Impacto à Cidade

**Prefeitura garante que ainda não recebeu e sem ele não tem como liberar o imóvel**

» Seis meses após o Diário ter publicado, em primeira mão, a implantação do Instituto Médico Legal (IML) e necrotério, na Rua Bernardo Browne, 122, no Estuário, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) ainda não foi apresentado pelo Estado. A informação, anunciada pelo vereador Sérgio Santana (PL), na Câmara de Santos, foi confirmada ontem pela Prefeitura.

O IML só pode ser autorizado após o documento ser

protocolado no Município. Segundo a Administração, após a apresentação do EIV, serão exigidas ao empreendedor as medidas mitigadoras e compensatórias conforme análise da Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança (COMAIV).

Posteriormente, o projeto arquitetônico deverá ser licenciado na Secretaria de Infraestrutura e Edificações. "Sem essas etapas não pode ser instalado o equipamento", garante a Prefeitura de

Santos.

Santana aprovou uma moção solicitando informações dos governos municipal e estadual. Ele lembra que realizou audiência pública e que a implantação do equipamento vem causando resistência em parte dos moradores do bairro, que questionam que o prédio fica a apenas três metros de um prédio residencial e que sua instalação deve aumentar o fluxo de pessoas.

Eles têm medo da desvalorização dos imóveis do entorno e da instalação da Polícia Científica regional no prédio, que acabará proporcionando acondicionamento de drogas e armas, que gerará insegurança entre os habitantes.

Na audiência, foi apresentada uma proposta alternativa de locação - um imóvel na Rua Martim Afonso, 141, próximo do Palácio da Polícia - por um valor bem inferior ao que será pago pelo Estado. "O aluguel custará R\$ 20 mil,



NAIR BLEND/DIÁRIO DO LITORAL

**Proposta é levar o IML para a Rua Bernardo Browne, no Estuário, continua incomodando moradores**

o seja, R\$ 10 mil a menos do que o Estado pretende pagar no imóvel do Estuário (R\$ 30 mil)", revelou Sérgio Santana. O Governo do Estado não

respondeu se o EIV está pronto e nem quando será encaminhado. Não revelou se o prédio já está pronto e nem qual a previsão. Disse só que

um pedido de análise foi protocolado na Prefeitura em julho, com todos os documentos, mas não especificou se o EIV era um deles. **(DL)**